

Espelho de Gabarito da Prova Específica de Direito Administrativo do III Concurso para Procurador do Município de Nova Iguaçu- RJ

Questão 1.

Além de demonstrar boa articulação de ideias, capacidade argumentativa e domínio do vernáculo, espera-se que o candidato:

- Explícite que a questão é controvertida. Espera-se que o candidato aborde a duas teses possíveis
- com fundamento nos princípios da verdade material, da competitividade e do formalismo moderado, (art. 12, Inciso III, da Lei 14.133/21), dissertar sobre os argumentos que favorecem a proposta mais vantajosa (*será conferido maior peso*)
- com fundamento nos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e legalidade, dissertar sobre os argumentos que favorecem a proposta que ficou em segundo lugar (*será conferido menor peso*)

Questão 2.

Além de demonstrar boa articulação de ideias, capacidade argumentativa e domínio do vernáculo, espera-se que o candidato:

- disserte sobre o instituto da investidura;
- aborde os dispositivos legais pertinentes na lei de licitações (art. 17, inciso I, alínea “d” e § 3º da Lei 8666/93 e/ou art. 76, inciso I, alínea “d” e § 5º Lei 14133/21);
- aborde os requisitos para alienação por meio da investidura (avaliação prévia, autorização legislativa e valores);
- demonstre a possibilidade de alienação por dispensa de licitação;
- aborde a inaplicabilidade do limite máximo de valor previsto na lei de licitações para alienação por dispensa de licitação em caso de investidura, por não se tratar de norma de caráter geral em matéria de licitações (art. 22, XXVII e 37, inciso XXI da CRFB/88);
- aduza que a lei federal não pode se imiscuir na disciplina de alienação de bens públicos dos demais entes. Precedente ADI 5.333/TO;
- disserte sobre a preservação da autonomia federativa neste caso específico.

Questão 3.

Além de demonstrar boa articulação de ideias, capacidade argumentativa e domínio do vernáculo, espera-se que o candidato:

- demonstre compreensão da complexidade das implicações fiscais e financeiras na dinâmica da separação de poderes e no exercício da função administrativa;
- mencione a Constituição e a legislação financeiras, notadamente a LC 101;
- explique que, conquanto o Poder legislativo possa, à luz do STF, criar despesa, a ordenação de despesas envolve previsão orçamentária e limites de responsabilidade fiscal.

Questão 4.

Além de demonstrar boa articulação de ideias, capacidade argumentativa e domínio do vernáculo, espera-se que o candidato aborde os seguintes aspectos:

- (a) a reestruturação de carreiras públicas envolvendo cargos de atribuições e escolaridade semelhantes não é inconstitucional. Entretanto, se os cargos originais, como o de contador, não tiverem atribuições ou os mesmos requisitos de escolaridade de ingresso, a transformação se constituirá em forma de provimento derivado inconstitucional (art. 37, II, CF/88). O veículo para a transformação deverá ser a lei que poderá produzir efeitos imediatos;
- (b) a existência de entendimento do STF no sentido de que não há direito adquirido do servidor a regime jurídico, subsistindo apenas a garantia da irredutibilidade nominal de vencimentos. A lei ordinária poderá revogar a lei orgânica no caso porque esta última padece de vício de inconstitucionalidade formal, já que se trata de norma de iniciativa privativa do Executivo;
- (c) a contratação temporária deve ser prevista em lei que disporá acerca do seu regime jurídico. Em que pese o TST admita a possibilidade de reconhecer natureza empregatícia à contratação temporária na omissão da lei (tendo em vista o cancelamento de sua Orientação Jurisprudencial n.º 263), a orientação da Procuradoria do Município deve favorecer o estabelecimento, por lei, de uma relação jurídica de natureza administrativa, de contrato administrativo, em função da flexibilidade de se fixarem os requisitos da contratação, assim como o foro de julgamento dos litígios na Justiça comum. A contratação para as áreas da saúde e educação apenas pode ser admitida para necessidades temporárias e excepcionais das áreas e não para as necessidades permanentes. Limites do art. 37, IX, da CRFB/88.

Questão 5.

Além de demonstrar boa articulação de ideias, capacidade argumentativa e domínio do vernáculo, espera-se que o candidato:

- discorra sobre a ausência de nexo de causalidade para a responsabilização do Município. O nexo de causalidade da responsabilização do Estado por erro médico assenta-se na demonstração da falha do serviço público. No caso, a obrigação do serviço médico é de meio e foi dispensado a Maria adequado atendimento médico. O evento óbito poderia ter ocorrido independentemente do sucesso da cirurgia;
- aponte a desproporcionalidade e a irrazoabilidade do pedido indenizatório formulado, em descompasso com os parâmetros da jurisprudência acerca do tema, que fixa as indenizações em valores significativamente mais baixos que o postulado;
- discorra, (i) quanto ao pleito de pensão mensal indenizatória: (1) para o companheiro, será preciso provar a união estável e a relação de dependência econômica; (2) para os pais, também será preciso provar a relação de dependência econômica e, em ambos os casos, tendo como limite a idade de sobrevivência da vítima; (3) para os filhos, com o limite

de 24 anos, se estudantes; (ii) quanto ao auxílio funeral, se houver prova de pagamento das despesas; (iii) quanto ao auxílio psicológico, a depender de perícia que demonstre a sua necessidade pelo tempo de duração, assim como a prestação pelo serviço público disponível.